



Sumário

EDIÇÃO EXTRA

REPUBLICADA

Municípios

Fraiburgo2

São Francisco do Sul5

Consórcios

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão
Pública Municipal7

CINCATARINA - Consórcio Interfederativo
Santa Catarina8

CIS/AMOSC - Consórcio Intermunicipal de
Saúde da AMOSC9

CIS/AMVI - Consórcio Intermunicipal de Saúde
do Médio Vale do Itajaí 10

CONSAD 11

EDIÇÃO REPUBLICADA

Devido a problemas técnicos ocorridos durante o processo de diagramação desta Edição Extra nº 3108, na data de 11 de abril deste ano, ela foi publicada, equivocadamente, com o layout do Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo. **Os conteúdos publicados pelas entidades nesse dia, entretanto, não sofreram qualquer alteração.**

Todo o conteúdo publicado originalmente foi preservado, sem alterações, e esteve disponível desde a data da edição para consulta nos demais modos disponíveis no DOM/SC.

A edição original publicada pode ser acessada através do link: http://edicao.dom.sc.gov.br/2020/04/1586617338_Edicao_3108_EXTRA_assinada.pdf



Fraiburgo

PREFEITURA

004 - AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0004_2020-PMF -

Publicação Nº 2435781

AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0004/2020 – FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0010/2020 – FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

A Prefeita de Fraiburgo (SC), através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, torna público a Dispensa de Licitação nº 0004/2020, nos seguintes termos: Objeto: Dispensa de Licitação para Aquisição de Materiais de Insumos para o Enfrentamento Do COVID – 19. Prazo de Vigência: 01 a 30 de abril de 2020. Valor Total: R\$ 900,00 (novecentos reais), Fundamento Legal: Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93 e Lei Federal 13.979/2020.

Fraiburgo(SC), 09 de abril de 2020.

Ayres Nogueira Junior – Secretário de Saúde

DECRETO Nº 086 - 2020

Publicação Nº 2435782

DECRETO Nº 086, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

PRORROGA O PRAZO PARA PAGAMENTO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS, Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

Considerando a declaração de situação de emergência prevista no Decreto Municipal nº 66, de 19 de março de 2020;

Considerando o disposto no artigo 803-F da Lei Complementar Municipal nº 053, de 22 de dezembro de 2003;

Considerando a necessidade de medidas urgentes de flexibilização de prazos para recolhimento dos tributos municipais, em face da pandemia causada pelo coronavírus, que implicou significativamente no orçamento dos fraiburgenses e das empresas aqui estabelecidas, DECRETA:

Art. 1º. Ficam prorrogados os prazos para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, nos seguintes termos:

I - o recolhimento das parcelas do ISSQN que vencem em 30 de abril de 2020, de que tratam os artigos 143, II, 144, I, 146, 147 e 148, da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, para o dia 31 de janeiro de 2021;

II – o vencimento do IPTU, sem a incidência de juros e multas:

a) relativo a cota única de 10 (dez) de abril, para 10 (dez) de junho de 2020, mantendo o desconto de 20% (vinte por cento);

b) relativo a cota única de 10 (dez) de maio, para 10 (dez) de julho de 2020, mantendo o desconto de 10% (dez por cento);

c) a parcela de 10 (dez) de maio de 2020, para 10 (dez) de novembro de 2020;

d) a parcela de 10 (dez) de junho de 2020, para 10 (dez) de dezembro de 2020.

Parágrafo único. As demais parcelas não sofrerão alteração de datas de vencimento.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO, 09 DE ABRIL DE 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3107 e 11/04/2020, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

DECRETO Nº 087 - 2020

Publicação Nº 2435784

DECRETO Nº 087, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

DETERMINA O USO DE MÁSCARAS PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA PROVOCADA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS, Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o posicionamento da Organização Mundial da Saúde, do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde e Secretaria Municipal de Saúde sobre o uso de máscaras como estratégia para diminuir o contágio em massa pelo COVID-19;

Considerando a declaração de emergência, em todo o território catarinense, para fins de prevenção e enfrentamento da pandemia gerada pelo Novo Coronavírus (COVID-19),

Considerando a Nota Informativa nº 3/2020-CGGAP/DESF/SAPS/MS do Ministério da Saúde, a qual dispõe sobre critérios a serem observados para a produção de máscaras caseiras;

DECRETA:

Art. 1º Fica recomendada a toda população a utilização de máscaras de proteção, confeccionadas em tecido em conformidade com orientações do Ministério da Saúde, em especial quando houver necessidade de compras de gêneros de primeira necessidade ou outra medida que interrompa provisoriamente o isolamento social.

Parágrafo único. É recomendado o uso de máscaras, principalmente, para:

- I. embarque no transporte público coletivo e acesso ao terminal;
- II. uso de táxi ou transporte compartilhado de passageiros;
- III. acesso aos estabelecimentos considerados como essenciais (supermercados, mercados, farmácias, entre outros);
- IV. acesso aos estabelecimentos comerciais;
- V. o desempenho das atividades em repartições públicas e privadas.

Art. 2º As máscaras cirúrgicas deverão ser utilizadas apenas por profissionais de saúde, por profissionais de apoio que prestarem assistência ao paciente suspeito ou confirmado de COVID-19 e por pacientes nas hipóteses recomendadas pelo Ministério da Saúde, sendo vedadas, nestes casos, a utilização de máscaras artesanais.

Art. 3º Aos munícipes que não se enquadrem nas hipóteses do artigo 2º, é recomendada a utilização de máscaras de proteção artesanais, cuja confecção deverá ocorrer em conformidade com os critérios indicados pelo Ministério da Saúde na Nota Informativa n. 3/2020-CGAPP/DESF/SAPS/MS.

Parágrafo 1º. A Secretaria de Saúde, por meio do programa permanente de combate as endemias, fará a distribuição, gratuitamente, das máscaras artesanais confeccionadas.

Parágrafo 2º. A distribuição de máscaras de proteção ficará condicionada à disponibilidade dos produtos em estoque, conforme produção das mesmas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 09 DE ABRIL DE 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3107 e 11/04/2020, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

PORTARIA 07092020

Publicação Nº 2435786

PORTARIA Nº 709, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

Revogação das Portarias de concessão de Função Gratificada aos servidores públicos.

A PREFEITA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, no uso de sua competência e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o Decreto Municipal nº 082, de 06 de abril de 2020, que estabelece medidas administrativas para o controle da despesa pública com folha de pagamento dos servidores municipais, decorrentes das medidas de enfrentamento ao COVID-19 e adota outras providências;

Considerando a necessidade imprescindível do equilíbrio fiscal das contas públicas em 2020, tanto as do sistema orçamentário, como as do sistema financeiro, e;

Considerando a evidente tendência de queda da atividade econômica e da arrecadação municipal, em decorrência das restrições impostas para conter o avanço da pandemia do CORONAVÍRUS (COVID-19),

RESOLVE:

Art. 1º Revogar todas as portarias que concederam Funções Gratificadas - FG aos servidores públicos municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de abril de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

São Francisco do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.317/2020

Publicação Nº 2435846

DECRETO Nº 3.317, DE 9 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE O RETORNO DAS ATIVIDADES NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que as medidas adotadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina quanto a autorizações de funcionamento de diversas atividades econômicas;

CONSIDERANDO que os serviços públicos exercidos pela Administração Pública Direta e Indireta são interligados;

CONSIDERANDO que as atividades finalísticas da Administração Pública dependem das atividades meio,

DECRETA:

Art. 1º O exercício presencial e o funcionamento dos órgãos da Administração Direta e Indireta retornarão a partir do dia 13 de abril de 2020, no horário das 8:00 as 14:00.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no presente Decreto não haverá atendimento ao público nos dias 13 e 14 de abril de 2020.

Art. 2º Ficam suspensos até o dia 30 de abril de 2020 o atendimento ao público nos setores de protocolo.

Parágrafo único. Os requerimentos deverão ser realizados por meio eletrônico no site institucional da Prefeitura (www.saofranciscodosul.sc.gov.br)

Art. 3º Para o exercício das atividades devem ser aplicadas as seguintes normas:

I - Os órgãos deverão organizar suas atividades internas de forma que os servidores possam manter distância mínima de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros) entre eles durante as atividades;

II - O recebimento de correspondências deve ser organizado de forma que seja mantido distância mínima de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros) entre as partes;

III - Deve ser disponibilizado álcool em gel 70% em todos os setores da Administração Pública Direta e Indireta;

DECRETO Nº 3.317, DE 9 DE ABRIL DE 2020.

IV - Efetuar o controle de acesso, mantendo servidor na porta do Edifício Sede, Multiuso e demais imóveis para orientar os munícipes que buscarem atendimento, o qual deverá estar utilizando máscara facial ou máscara tipo Face Shield (proteção de face), fazendo triagem para encaminhar ao atendimento um munícipe por vez, somente na condição de ser emergencial e orientando para que os demais atendimentos sejam feitos por meio eletrônico ou por telefone;

V - Nos locais que disponham de sala de espera, esta poderá ser utilizada com apenas 1/3 (um terço) da sua capacidade, mantendo distância mínima de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros) entre os munícipes, identificando esta condição;

VI - Estabelecer que as pessoas que acessarem e saírem do estabelecimento façam a higienização com álcool-gel 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, disponibilizados em pontos estratégicos como na entrada do estabelecimento, nos corredores, balcões e mesas de atendimento;

VII - O ingresso nas repartições internas será feito em número proporcional à disponibilidade de atendentes, evitando aglomerações em seu interior e o atendimento presencial somente será realizado nos setores em que os processos não sejam por meio eletrônico;

VIII - Deve ser dado atendimento preferencial e especial a idosos, hipertensos, diabéticos e gestantes garantindo um fluxo ágil de maneira que estas pessoas permaneçam o mínimo de tempo possível no interior do estabelecimento;

IX - Os ambientes devem ser mantidos arejados;

X - Os servidores devem ser orientados a intensificar a higienização das mãos, principalmente antes e depois do atendimento de cada munícipe, após uso do banheiro, após entrar em contato com superfícies de uso comum como balcões, corrimão, teclados, etc.

XI - Os servidores que atendem ao público devem usar máscara. A presente norma se aplica também aos servidores que irão organizar a entrada;

XII - Recomenda-se que todos os servidores usem máscara ou máscara tipo Face Shield (proteção de face);

XIII - Realizar procedimentos que garantam a higienização contínua do estabelecimento, intensificando a limpeza das áreas com desinfetantes próprios para a finalidade e realizar frequente desinfecção com álcool 70%, quando possível, sob fricção de superfícies expostas, como maçanetas, mesas, teclado, mouse, materiais de escritório, balcões, corrimões, interruptores, elevadores, banheiros, entre outros.

XIV - Os caixas eletrônicos de autoatendimento ou qualquer outro equipamento que possua painel eletrônico de contato físico deverão ser higienizados com álcool 70% ou preparações antissépticas, após cada uso;

XV - Os sanitários/banheiros devem estar providos de sabonete líquido, toalha de papel e álcool em gel 70%.

Art. 4º O funcionamento dos equipamentos públicos abrangidos por esse Decreto que estejam localizados no interior de shoppings, galerias, centros comerciais e afins está condicionado ao cumprimento da seguinte obrigação:

DECRETO Nº 3.317, DE 9 DE ABRIL DE 2020.

I - O shopping, galeria ou centro comercial deve providenciar a abertura somente da porta de acesso mais próxima ao equipamento público, conforme já determinado nas normas do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º Além das normas previstas acima devem ser promovidas, quando aplicável, sistema de agendamento para o atendimento. Caso ocorra o agendamento, recomenda-se ao munícipe que compareça sozinho (não trazer amigos ou familiares);

Parágrafo único. As Secretarias e órgãos da Administração Indireta poderão expedir regulamentos próprios para cumprimento ao disposto no caput.

Art. 6º Para uso dos veículos da frota do município devem ser adotadas as seguintes normas:

I - O motorista e passageiro deverão usar máscara durante todo o percurso (ida e volta).

II - O motorista deverá higienizar as maçanetas e comandos do veículo utilizado, a cada passageiro conduzido.

III - Não é permitido conduzir mais de um passageiro por deslocamento;

Art. 7º Até o dia 14 de abril de 2020, as Secretarias e órgãos da Administração Indireta deverão disponibilizar ao Gabinete do Prefeito a relação de serviços que podem ser realizados por meio eletrônico para inclusão das informações no site institucional da Prefeitura, página oficial do Facebook e átrios dos imóveis.

Art. 8º Ficam mantidas as determinações contidas na Resolução Conjunta nº 003/2020, quanto ao gozo imediato de férias regulamentares e licenças prêmio no âmbito do Poder Executivo.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação.

São Francisco do Sul – SC, 9 de abril de 2020.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

Publicado em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

Consórcios

CIGA - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 103/2020

Publicação Nº 2435608

EXTRATO DE CONTRATO Nº 103/2020

Processo Administrativo n.º 980/2020/CIGA
Ato de Dispensa n.º 06/2020/CIGA

CONTRATANTE: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

CONTRATADA: CGK SISTEMAS DE INFORMACAO LTDA.

CNPJ: 91.421.511/0001-32

OBJETO: Contratação de 2 (duas) licenças de uso do software Adobe Creative Cloud - Todos os Apps e 3 (três) licenças de uso do Adobe Creative Cloud InDesign, válidas pelo período de 12 (doze) meses.

PREVISÃO LEGAL: Este Contrato vincula-se, independentemente de transcrição, ao Processo Administrativo n. 980/2020/CIGA e à proposta da CONTRATADA, sujeitando-se o CONTRATANTE e a CONTRATADA aos preceitos de direito público e a presente legislação: a) Lei n. 8.666/93; b) Lei Federal n. 9.609, de 19/02/1998 (proteção da propriedade intelectual de programa de computador); c) Lei Federal n. 9.610, de 19/02/1998 (direitos autorais); d) Código de Defesa do Consumidor; e) Código Civil; f) Código Penal; g) Código de Processo Civil; h) Código de Processo Penal; i) Legislação trabalhista e previdenciária; e j) demais normas aplicáveis.

§1.º. No que toca à proteção de dados pessoais e compliance, é dever da CONTRATADA estar em conformidade com as legislações cogentes.

§2.º. Aplicam-se, subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 combinado com o inciso XII do artigo 55, ambos da Lei n. 8.666/93.

VALOR: Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 16.415,00 (dezesesseis mil e quatrocentos e quinze reais) para o período de vigência determinado na Cláusula Vigésima Primeira – Da Vigência, sendo:

LOTE ÚNICO:

Item	Descrição	Qtd.	Valor unitário	Subtotal
Adobe Creative Cloud for Teams - Todos os Apps	<ul style="list-style-type: none"> assinatura das licenças pelo período de 12 (doze) meses, referente à ferramenta ADOBE CREATIVE CLOUD FOR TEAMS, contendo os seguintes softwares: • ADOBE ACROBAT DC • ADOBE AFTER EFFECTS CC • ADOBE ANIMATE CC • ADOBE AUDITION CC • ADOBE BRIDGE • ADOBE DREAMWEAVER CC • ADOBE EXPERIENCE DESIGN (PREVIEW) • ADOBE FLASH BUILDER PREMIUM • ADOBE FUSE CC (PREVIEW) • ADOBE ILLUSTRATOR CC • ADOBE INCOPY CC • ADOBE INDESIGN CC • ADOBE LIGHTROOM 	2	5.089,00	10.178,00
Adobe InDesign CC for Teams	assinatura das licenças pelo período de 12 (doze) meses, referente à ferramenta ADOBE In-DESIGN CC, software líder do setor em design e layout de páginas permite criar, comprovar e publicar documentos para impressão e mídia digital em sua versão atualizada de 64 bits.	3	2.079,00	6.237,00
TOTAL				R\$ 16.415,00

VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 09 de abril até 31 de dezembro de 2020, prorrogável por 4 (quatro) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV, c/c art. 24, inciso II, §1º, da Lei n.º 8.666/93, e conforme justificativa constante dos autos do processo administrativo n.º 980/2020.

Florianópolis, 09 de abril de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

TERMO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2019

Publicação Nº 2435615

TERMO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 05/2019
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2019

Após análise da documentação e julgamento dos recursos apresentados referente ao Edital de Credenciamento N.º 001/2019, a Sr. Marcus Vinicius da Silveira, Pregoeiro do Ciga, adjudica a empresa habilitada CREDPAY SOLUCOES EM PAGAMENTOS LTDA. CNPJ: 27.659.570/0001-44, conforme edital de credenciamento e julgamentos dos recursos colacionados aos autos do Processo Administrativo nº 07/2019.

Florianópolis, 09 de março de 2020.

MARCUS VINICIUS DA SILVEIRA
PREGOEIRO DO CIGA

CINCATARINA - CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA**AVISO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA CH0009_2020 - PNEUS E CORRELATOS**

Publicação Nº 2435651

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS
EDITAL Nº 0009/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 4450/2020-e

O Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, torna público que realizará CHAMADA PÚBLICA para PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS, para formação de um cadastro para futuras aquisições de Pneus e Correlatos, com base na Resolução nº 005 de 16 de março de 2015. A entrega das propostas e amostras com a indicação das especificações técnicas, (sem indicação de preço) dos bens a serem submetidos à avaliação terá início em 23/04/2020 e serão recebidas até 31/12/2020 através do e-mail: licitacoes@cincatarina.sc.gov.br, na Sede ou na Central Executiva do CINCATARINA, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Sede, localizada na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, Sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, na cidade de Florianópolis, SC, e/ou na Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000 e/ou pelo e-mail: licitacoes@cincatarina.sc.gov.br. Fone (48) 3380-1621. Site: www.cincatarina.sc.gov.br.

Florianópolis (SC), 09 de abril de 2020.

Elói Rönna
Diretor Executivo

RESOLUÇÃO 0030_2020

Publicação Nº 2435687

Resolução n. 0030/2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL PARA O PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 4450/2020-E, EDITAL Nº 0009/2020, CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Diretor Executivo do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CINCATARINA, CONSIDERANDO as disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07 e Resolução 005/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Especial para o Processo Administrativo Eletrônico nº 4450/2020-e, Edital nº 0009/2020, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens de Pneus e Correlatos, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à pré-qualificação de bens, ficando assim composta:

I – Renato de Castro Carvalho Coutinho – CINCATARINA – Presidente;

II – Junior Henrique Decui dos Santos – CINCATARINA – Membro;

III – Mauro Marcelo Cizeski – CINCATARINA – Membro.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 09 de abril de 2020.

Elói Rönna
Diretor Executivo

CIS/AMOSC - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMOSC**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 04/2020**

Publicação Nº 2435670

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2020

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 04/2020

Termo de contrato que entre si celebram:

1ª Contratante:

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA - CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33 D, bairro Jardim Itália, no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representado pela sua Presidente, Senhora Janete Paravizi Bianchin, doravante denominado CIS-AMOSC;

2ª Contratada:

PERFETTO PROFESSIONALE UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.258.278/0001-29, situada na Av Getulio Dorneles Vargas, 1107, sala 02, bairro centro, CEP: 95170-436, cidade de Chapecó/SC, representada pelo seu representante legal, Senhor Branca Teresinha Rubas, inscrito no CPF sob o nº 030.815.529-74, doravante denominada CONTRATADA;

Considerando as solicitações dos Municípios de São Carlos e Quilombo;

Considerando o interesse público envolvido;

Considerando o disposto no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê que o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

RESOLVEM as partes em comum acordo celebrar o presente termo aditivo que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR CONTRATUAL:

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto aumentar em R\$ 34.385,00 (trinta e quatro mil trezentos e oitenta e cinco reais) o valor inicial do contrato nº 04/2020, relativo a aquisição de mais 11.500 (onze mil e quinhentas) unidades de mascarascartáveis em SMMMS 50 G BFE 95,9%, ficando o valor final do contrato em R\$ 412.620,00 (quatrocentos e doze mil seiscentos e vinte reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem em vigor e sem alteração as demais cláusulas do contrato administrativo nº 04/2020 e suas alterações.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Chapecó-SC, 09 de abril de 2020.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA (CIS-AMOSC)	PERFETTO PROFESSIONALE UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA	ILLO QUIMICA LTDA Leandro Mores
PRESIDENTE		

CIS/AMVI - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ**402.2020 - RESOLUÇÃO - CISAMVI - RETOMADA TRABALHO**

Publicação Nº 2435819

RESOLUÇÃO Nº 402, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

Regula a retomada das atividades na sede do CISAMVI.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO CISAMVI, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Contrato de Consórcio Público do CISAMVI e considerando:

1. a Portaria SES nº 223, de 05 de abril de 2020;
2. que a sede do CISAMVI disponibiliza ambiente limpo, ventilado e permite o distanciamento mínimo de 1,5 metros entre os empregados para a realização das atividades administrativas;
3. não haver em seu quadro de empregados, pessoas consideradas do grupo de risco.
4. o Convênio de Cooperação Institucional nº 001/2014, de 11 de dezembro de 2014, celebrado entre a Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI.

RESOLVE:

Art. 1º. Retomar as atividades administrativas na sede do CISAMVI a partir do dia 14 de abril de 2020, da seguinte forma:

- I. os empregados públicos CLEONES HOSTINS, DANIELLA MARTINS TAROUÇO, ERICKA SCHWAMBACH MUTZ MARQUES TORRES, LUCILENE MANERICHI, e JAQUELINE NEHRING, passam a cumprir normalmente as suas jornadas de trabalho.
- II. os empregados públicos DANIEL ALBERTO HORNBERG, GISLAINE DOS SANTOS e MÔNICA MARCIA CAMPOS DE MENEZES SILVA, com filhos em idade escolar, ficam obrigados a cumprir 2 jornadas diárias de trabalho por semana na sede do CISAMVI, até a normalização das atividades escolares.

Parágrafo Único: O empregado MARCOS DA ROCHA já está liberado para trabalhar conforme Resolução nº 397, de 02 de abril de 2020.

Art. 2º. Os estagiários que dependerem do transporte público para locomoção até a sede do CISAMVI, ficam dispensados da jornada de trabalho até a sua normalização.

Art. 3º. Os empregados públicos e estagiários, quando do retorno às jornadas, farão uso do ambiente de trabalho na seguinte disposição:

- I. CLEONES HOSTINS, DANIELLA MARTINS TAROUÇO, GISLAINE DOS SANTOS, IRAN RAFAEL MOREIRA DE SOUZA, JAQUELINE NEHRING e MARCOS DA ROCHA permanecerão em seus espaços de trabalho tradicionais;
- II. DANIEL ALBERTO HORNBERG e MÔNICA MARCIA CAMPOS DE MENEZES SILVA, por compartilharem ambiente com espaço físico reduzido, farão o uso alternado do mesmo, permanecendo no outro período em home office - teletrabalho;
- III. ERICKA SCHWAMBACH MUTZ MARQUES TORRES, LUCILENE MANERICHI e ANDRÉ THIAGO SIEBERT SANTOS serão alocados na "sala de apoio" da AMMVI.

Art. 4º. A Diretoria Executiva, em ato exclusivo, poderá definir o regime de teletrabalho temporário para qualquer dos empregados do CISAMVI, se necessário for para respeitar o aglomerado de pessoas no ambiente de trabalho.

Art. 5º. O empregado público deverá seguir as seguintes obrigações:

- I. higienizar as mãos, no mínimo, no início e término da jornada de trabalho e do intervalo intrajornada;
- II. manter as atividades com os cuidados de higienização das mãos, uso de álcool gel, distanciamento, etiqueta da tosse, limpeza e ventilação dos ambientes;
- III. avisar imediatamente ao Departamento de Recursos Humanos, se apresentar sintomas de contaminação pela COVID-19;
- IV. Limpar duas vezes ao dia com álcool gel sua bancada de trabalho, antes de iniciar o expediente e no retorno do intervalo do almoço.

Art. 6º. Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Blumenau – SC, 09 de abril de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Presidente do Conselho Administrativo

CONSAD**EXTRATO DE CONTRATO N° 48/2020**

Publicação N° 2435580

EXTRATO DE CONTRATO N° 48/2020

O Consórcio Interestadual e Intermunicipal de Municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul de Segurança Alimentar, Atenção à Sanidade Agropecuária e desenvolvimento Local – CONSAD, CNPJ: 07.242.972/0001-31, por meio de seu Presidente, Sr. Renato Paulata, no uso de suas atribuições estatutárias que lhe são conferidas, faz publicar o presente extrato de contrato de prestação de serviços:

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Realeza/PR

CNPJ: 76.205.673/0001-40

CONTRATO DE RATEIO N° 001/2020

CONTRATADO: Consórcio Interestadual e Intermunicipal de Municípios- Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul – De Segurança Alimentar, Atenção à Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD.

CNPJ: 07.242.972/0001-31

OBJETO: O presente Contrato de Rateio tem como objeto disciplinar o repasse de recursos financeiros, pelo Município ao Consórcio, referente ao custeio administrativo mensal, bem como para participação no Programa SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária do Consórcio, o qual possui a finalidade de estruturação do Serviço de Inspeção Municipal, padronização, preparação e acompanhamento de estabelecimentos indicados para o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA no Município, com fundamento na Portaria n° 62, de 15 de julho de 2016, emitida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

VALOR: R\$ 36.418,60 (trinta e seis mil, quatrocentos e dezoito reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA: 03/03/2020 a 31/12/2020.

DO FUNDAMENTO: Lei n° 8.666/93, 11.107/2005 e suas alterações.

São Miguel do Oeste/SC, 07 de Abril de 2020.

Renato Paulata
Presidente do Consórcio